

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE: Uma revisão de literatura.

Bruno Martins Guimarães¹
brunomartins059@gmail.com
Tiago Lima Oliveira²
thyagolima231@gmail.com

RESUMO

Introdução: Esta pesquisa analisa as políticas públicas de atividade física e saúde e a ofertas de tais programas. **Objetivo:** Fazer uma reflexão sobre os efeitos que a atividade física pode proporcionar para uma melhor qualidade de vida e verificar os debates existentes em estudos sobre políticas de atividade física e saúde. **Materiais e Métodos:** Esta pesquisa apresenta-se como qualitativa, valer-se de informações adquiridas de pesquisa bibliográfica. Foi utilizado como descritores: políticas públicas, saúde e atividade física. A busca resultou num total de 61 artigos em periódicos. Somente 15 artigos foram selecionados para examinar quais se incluíam sobre o debate de programas de políticas públicas de atividade física e saúde. **Resultados:** os resultados obtidos nos estudos analisados revelam a relevância da práxis de exercícios físicos para uma melhor qualidade de vida considerável no e bem-estar. Porém, essas políticas públicas precisam de maior visibilidade para a população, que muitas vezes desconhece. **Conclusão:** Segundo os estudos analisados, a prática de atividades físicas estimula uma melhor qualidade de vida, diminuindo o risco de doenças psicológicas, crônicas e físicas. É importante considerar que o atual o cenário político denota um retrocesso, levando à ruptura de várias políticas públicas que afetam diretamente na saúde da população. Destaca-se que a pesquisa expõe sobre a necessidade de assistência em políticas públicas que resultem na promoção, prevenção e manutenção da saúde e qualidade.

Palavras-Chave: Políticas Públicas. Atividade física. Saúde.

INTRODUÇÃO

O estudo tem linha de pesquisa, as Políticas Públicas de Atividade Física e Saúde. A atividade física e saúde tem sido objeto de pesquisa em muitos estudos na última década. O objetivo desta pesquisa é realizar análise das discussões de publicações científicas existentes referente a políticas públicas de atividade física e saúde do ano de 2017 a 2021. Empregou-se como artifício metodológico revisão de literatura, efetuada com base na revisão narrativa de instrumentos exibidos na bibliografia. uma vez que essa metodologia permite fazer análise de estudos já publicados

¹ Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade do Estado do Pará.

² Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade do Estado do Pará.

Guimarães, B.M., Oliveira, T.L.; Políticas Públicas de Atividade Física E Saúde: Uma Revisão De Literatura. Revista Portuguesa de Ciências e Saúde V.2, Nº2, p.38-57, Ago./Dez. 2021. Artigo recebido em 05/10/2021. Última versão recebida em 19/11/2021. Aprovado em 15/12/2021.

As políticas públicas surgiram na década de 1950 nos Estados Unidos. (BRASIL & CAPELLA, 2016). Serafim *et al.* (2012, p. 74) Ressaltam que, apesar de sua simplicidade, a política pública costuma ser entendida como “um ato ou conjunto de ações pelas quais o Estado intervém na prática, geralmente com o objetivo de agredir uma entidade”.

De acordo com Souza (2006) em seu estudo, sobre os principais autores do tema:

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (SOUZA, 2006, p. 24).

As políticas públicas orientam a atuação governamental, bem como as diretrizes, procedimentos e normas norteadores que definem a relação entre o Estado e os atores sociais, na qual se configuram os recursos públicos e os interesses sociais como programas, finanças e direito (TORRENS, 2013).

A atuação efetivada pelo governo para disponibilizar serviços de saúde à população, são garantidas pela Constituição Federal de 1988, conforme alterada pelo art. 6º, como um dos direitos sociais dos brasileiros, como também, no art. 196 da Lei Magna, a saúde é reconhecida como direito de todos:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988).

No Brasil, as políticas públicas nos últimos anos, estimula a aplicação de atividade física, melhorando a qualidade de vida, uma vez, que acaba reduzindo riscos à saúde, principalmente na atenção primária à saúde, por ser estratégico para prevenção e promoção de saúde. (Brasil, 2012; Gomes et al., 2014; Becker et al., 2016).

O exercício físico pode melhorar a aptidão física e a função cognitiva das pessoas. Também o exercício físico regular irá produzir mudanças positivas, desencadear a angiogênese e aumentar o fluxo sanguíneo Cérebro, sinapse e neurogênese (GLIGOROSKA; MANCHEVSKA, 2012). A atividade física regular (AF) está associada a uma redução no risco de doenças não transmissíveis na população em geral, incluindo uma redução no risco de

doenças cardíacas, certos tipos de câncer e sintomas depressivos. (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2018).

Segundo pesquisa de GUTHOLD et al. (2018) feita com mais de 1,5 milhão de pessoas, indica que o Brasil estar entre os 5 países com alta taxa de inatividade física no mundo. Nos últimos anos, as ações políticas têm sido voltadas para a promoção da saúde como foco principal, e um dos principais projetos que auxilia a população a cumprir e incrementar o processo de prática de atividade física (Brasil, 2006).

Um dos objetivos das políticas é fornecer estrutura a atividade física, projetada para auxiliar na conformidade e manutenção da prática para a população (Brasil, 2010). No Brasil, ainda são poucas as políticas públicas que oferecem programas de atividades físicas e práticas corporais, o que restringe os profissionais da área e, é acessível principalmente a pessoas com alto poder aquisitivo. (FERREIRA *et al.*, 2019).

De acordo com o Ministério da Saúde:

As políticas públicas de saúde têm o objetivo de assegurar atenção a toda população, por meio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, garantindo integralidade da atenção, indo ao encontro das diferentes realidades e necessidades de saúde da população e dos indivíduos (BRASIL, 2010).

A discussão sobre o conceito de promoção da saúde recebeu as primeiras evidências em 1920, a partir da ideia de prestar atenção e qualidade à saúde da população, com destaque para a higiene e não disseminação de doenças para a sociedade. (BUSS; CARVALHO, 2009). O SUS foi criado para atender às necessidades médicas e de saúde do Brasil, com o objetivo de uma participação integral, justa, descentralizada e comunitária. (SANT'HELENA, 2013).

Com a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), diferentes políticas públicas da área de saúde passaram a assimilar as práticas corporais/atividades físicas (PC/AF) componente fundamental no saber-fazer na área da saúde demonstrando o eixo profissional da educação física (EF). Apesar que os demais eixos profissionais trabalhem juntamente com o tema de acordo com o glossário de Promoção da Saúde. (Brasil, 2012). Amenizar o sedentarismo e fomentar padrões de vida mais saudáveis junto a atenção básica de saúde e seus profissionais deixa claro um excelente impacto no progresso dos índices de saúde populacional e no alto custos da administração. (SIQUEIRA, 2008, p. 40).

A atividade física é de suma importância, pois reduz o risco de doenças como obesidade, asma, anorexia, hipertensão, diabetes e bulimia. Ajuda a controlar o uso excessivo de aparelhos

eletrônicos, além de proporcionar momentos de lazer, felicidade e qualidade de vida. (ADEMAR SOUSA DE ARAGÃO; VINICIUS; MAKOTO, 2020).

MÉTODOS E MATERIAIS

Pesquisa de cunho bibliográfico. De acordo com Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é formada por estudos já publicados. Adota métodos qualitativos e tem o plano de pesquisa exploratória descritiva. A pesquisa científica é revisada em um banco de dados pré-estabelecido (MARCONI & LAKATOS, 2005). A pesquisa foi realizada na base de dados da *Scientific Electronic Library On-line* (SciELO). A definição da busca na base de dados SciELO se deu pelo portal indexa produções de periódicos de saúde pública e ciências sociais, com alto rigor científico e disponíveis abertamente em meios eletrônicos.

Utilizaram-se os descritores: “políticas públicas” (*public policy*) AND “atividade física” (*physical activity*). Posteriormente, foi utilizado os descritores “políticas públicas (*public policy*) AND saúde” (*health*). Cada fase da busca gerou, respectivamente, 15 e 46 resultados. Do universo de 61 trabalhos foram considerados estudos publicados de 2017 a 2021. Dessa forma, foram excluídos dissertações, teses, capítulos de livro e artigos que não se relacionavam com a pesquisa.

Após esta averiguação, analisou-se os resumos dos trabalhos para verificar qual se adequava a políticas públicas de atividade física e saúde. Onde acabou selecionando 15 artigos e extraíndo informações deles lendo seus resumos.

ANÁLISE DE DADOS

Por fim, passamos para a análise do conteúdo, que segundo Triviños (2009) organiza-se da seguinte forma: pré-análise, descrição analítica dos dados e interpretação referencial. Sendo assim, as categorias definidas foram: autor, ano, título da pesquisa, objetivo da pesquisa, metodologia e conclusão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As respostas obtidas por meio da pesquisa de revisão bibliográfica sistemática no que diz respeito de políticas públicas de atividade física e saúde, estão expostas no Quadro 1. Todas

as publicações selecionadas condizem com a temática, tendo a finalidade de satisfazer as dúvidas geradas acerca do determinado tema abordado.

Quadro 1 - Resumo dos estudos de políticas públicas de atividade física e saúde

ANO	AUTOR	TÍTULO DA PESQUISA	OBJETIVO	METODOLOGIA	CONCLUSÃO
2017	Carmo e Guizardi	Desafios Da Intersetorialidade e Nas Políticas Públicas De Saúde E Assistência Social: Uma Revisão Do Estado Da Arte	Identificar e discutir os desafios para a intersetorialidade entre as políticas públicas de Saúde e Assistência Social que se evidenciaram no Brasil após a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004.	Abordagem qualitativa realizada por meio de revisão bibliográfica, a fim de investigar quais dimensões vêm sendo privilegiadas no debate da interação das políticas públicas de Seguridade Social.	Ainda que possa responder às demandas sociais multifacetadas, evitando prejuízos da fragmentação setorial, a intersetorialidade não é solução para todo problema de gestão pública. Já sua relação com a participação popular pode conferir maior equidade nas ofertas das políticas analisadas.
2020	Crochemore-Silva, Inácio, et al.	Promoção De Atividade Física E As Políticas Públicas No Combate Às Desigualdades: Reflexões A Partir Da Lei Dos Cuidados Inversos E Hipótese Da Equidade Inversa	Apresenta uma reflexão com base em algumas formas vigentes de promoção de atividade física, propondo visibilidade a atividades de lazer e suas desigualdades. O cenário atual de (aumento das) desigualdades e a importância do seu enfrentamento, destacando a pertinência das políticas públicas.	não se prolongar nas searas teórico-metodológicas, mas as divergências se encontram em acúmulo conceitual culturalista e biologistas, pouco diálogo e reconhecimento entre os pares acadêmicos e uma fragmentação da construção do saber e apoio às políticas públicas	O contexto demanda a defesa e a ampliação das políticas e iniciativas públicas de promoção das práticas corporais e atividade física. O setor privado apresentará sempre suas demandas prioritárias, que favorecer o aumento das desigualdades. Cabe exclusivamente às políticas públicas evitar ou amenizar tal ocorrência.
2021	Fittipaldi, Ana Lúcia de Magalhães, et al.	Educação Em Saúde Na Atenção Primária: As Abordagens E Estratégias	Este estudo objetiva analisar as estratégias de educação em saúde descritas na	Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa realizado por meio de análise	Verificou-se a presença dos diversos enfoques nas políticas analisadas como estratégias

		Contempladas Nas Políticas Públicas De Saúde	formulação das políticas públicas	documental de políticas públicas de saúde. Adotou-se a concepção de documento como prática discursiva.	educativas interativas e complementares, assim como a identificação de diretrizes para o fortalecimento da autonomia e da participação popular. Mesmo com limitações, as políticas dialogam entre para o trabalho cotidiano.
2019	Carmo, Michelly Eustáquia do, e Francini Lube Guizardi	O Conceito De Vulnerabilidade E Seus Sentidos Para As Políticas Públicas De Saúde E Assistência Social	Problematizar as implicações da concepção de vulnerabilidade nas práticas públicas que visam à produção de cidadania, para compreender os tensionamentos e polarizações que pressionam a materialidade.	Revisão da literatura como método. Optamos por realizar consulta na biblioteca virtual de periódicos eletrônicos.	O termo vulnerabilidade amplia a compreensão dos múltiplos fatores que fragilizam os sujeitos no exercício. As ações profissionais no âmbito das políticas de saúde e assistência social e o imaginário social são forjados pela incorporação de conceitos reforçar vulnerabilidades.
2020	Torres, Kellem Raquel Brandão de Oliveita, et al.	Evolução Das Políticas Públicas Para A Saúde Do Idoso No Contexto Do Sistema Único De Saúde	O artigo apresenta uma reflexão acerca da trajetória do desenvolvimento da política pública de saúde voltada para o idoso, desde a implantação do SUS.	Estudo descritivo, tipo análise reflexiva e crítica da trajetória das políticas públicas para o idoso no Brasil, utilizamos artigos e documentos oficiais.	As ações necessárias para dar consequência às diretrizes da PNSPI requerem o compartilhamento de responsabilidades com outros setores. Nesse sentido, os gestores do SUS devem estabelecer processos de articulação em suas respectivas áreas de abrangência, visando a parcerias e integração institucional.

2021	Carneiro, Fernando Henrique Silva e Marcelo de Paula Melo	Políticas Públicas De Educação Física, Esporte, Saúde E Lazer: Os Grupos De Pesquisa E A Produção Do Conhecimento	Realização de um dossiê com trabalhos sobre a temática “Grupos de Políticas Públicas de Educação Física, Esporte, Saúde e Lazer”.	Revisão bibliográfica de caráter qualitativo. realizado contato com os editores da Revista Motrivivência para que acolhessem a publicação da referida sessão temática em meados de 2020.	A população brasileira continuar lutando por um outro projeto societário em que todos e todas possam estar vivos/as para acessar como direito social os diferentes bens sociais, dentre eles a Educação Física, o Esporte e o Lazer.
2017	Layane Castiglioni Tasca; Thaís Godoi Souza	Políticas Públicas De Promoção Da Saúde No Brasil: Análise Dos Programas Academia Da Saúde E Vida Saudável	O objetivo da presente investigação foi analisar os programas de promoção da saúde, em especial os programas Academia da Saúde e Vida Saudável, a fim de identificar a oferta de políticas públicas nessa área, sua organização e público-alvo atendido.	Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, partindo da coleta em documentos normativos, resoluções, portarias e documentos orientadores da Política.	Os resultados indicam que os programas de promoção da saúde no Brasil são viáveis para a melhora do estado de saúde dos sujeitos sociais, contudo é necessário maior fiscalização dos meios públicos, quanto à organização, financiamento e a inserção de profissionais vinculados ao trabalho de cada programa ofertado
2018	Fernandes Pinheiro Nantes, Rosângela, et al.	Os Matizes Do Cuidado Nas Políticas Públicas De Saúde Brasileira	Abordar o tema do cuidado no âmbito das políticas públicas envolve compreender que a reflexão sobre os processos de institucionalização e regulação de uma prática de cuidado.	Estudo bibliográfico com caráter exploratório-descritivo de abordagem qualitativa.	Estudo buscou desenvolver uma reflexão sobre as categorias e expressões do cuidado presentes na política pública de saúde brasileira. Porém, um descompasso entre princípios inspiradores da política, bem como uma assimetria entre as práticas de cuidado, ocorrendo um desgaste.
2020	Polo, Maria Clara Elias, et al.	Antecedentes Motivacionais Da Atividade Física Na Atenção Básica	Este estudo objetivou analisar a percepção sobre os antecedentes afetivos para a	Trata-se de um estudo transversal de natureza qualitativa com a utilização de Grupo	O comportamento dos participantes para a iniciação ao programa é regulado por diferentes

		De Saúde: Um Estudo Qualitativo	atividade física (AF) relacionados às necessidades psicológicas básicas (NPB).	Focal. Participaram da pesquisa 41 adultos.	contingentes externos específicos. Conclui-se que essa população, não percebe sentimentos ligados ao prazer pela prática de AF per se, diminuindo as chances de manutenção do comportamento para a prática de AF.
2021	Moraes, Sheylane de Queiroz, et al.	Estratégias De Aconselhamento Para Atividade Física Utilizadas Pelo Núcleo Ampliado De Saúde Da Família Em Florianópolis	O objetivo deste estudo foi estimar a prevalência das estratégias de aconselhamento para atividade física utilizadas pelos profissionais do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) de Florianópolis de acordo com o modelo 5As.	Foi realizado inquérito com profissionais do NASF-AB. A coleta ocorreu nas reuniões de planejamento dos Centros de Saúde. Participaram 72 profissionais, sendo 40 servidores e 32 residentes.	Conclui-se que os profissionais NASF-AB realizam aconselhamento para atividade física e utilizam algumas estratégias conforme o modelo 5As, embora não sejam usadas de modo sistematizado. Portanto, recomenda-se o investimento em Educação Permanente no uso de ferramentas para avaliação.
2019	Gomes, Grace Angelica de Oliveira, et al.	Barreiras Para Prática De Atividade Física Entre Mulheres Atendidas Na Atenção Básica De Saúde	O objetivo do estudo foi comparar as barreiras para atividade física (AF) entre mulheres participantes e não participantes de um programa de exercícios físicos (EF) da Atenção Básica de Saúde (AB).	Estudo transversal realizado em áreas de abrangência em unidades de saúde da AB que ofereciam programa de EF. Foram selecionadas 222 mulheres participantes e não participantes dos programas	As barreiras mais reportadas pelo grupo de mulheres não participantes foram: falta de companhia (40,9%), falta de energia (38,7%), sentir-se muito cansada ou desmotivada (38,2%). Os grupos de não participantes e de idosos apresentaram maior proporção de barreiras para AF.

2019	Felipe, Juliana, et al.	Atividade Física E Ambiente: A Influência Dos Parques Verdes Urbanos Na Saúde	O objetivo do presente artigo consiste em analisar a influência dos parques verdes urbanos na prática de atividades físicas, focando-se na qualidade ambiental urbana e na saúde dos praticantes de atividades físicas em áreas abertas.	O estudo tem uma abordagem multidisciplinar. O projeto de estudo baseou-se em pesquisa qualitativa, utilizando pesquisa bibliográfica. A seleção da amostra foi baseada em Miot (2011), contando com 36 indivíduos com idade entre 18 e 40 anos que praticam regularmente atividades físicas.	O estudo mostrou que os participantes tornaram-se mais ativos, sendo estimulados e motivados pelo ambiente com grande presença de vegetação, a boa infraestrutura do local e a adaptabilidade fisiológica do organismo, as orientações feitas durante a pesquisa
2019	Oliveira, Daniel Vicentini de et al.	O Nível De Atividade Física Como Um Fator Interviente No Estado Cognitivo De Idosos Da Atenção Básica À Saúde	Este estudo propôs a avaliar o nível de atividade física e o estado cognitivo de idosos usuários das Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Município de Maringá, Paraná.	Trata-se de um estudo epidemiológico descritivo, de corte observacional e transversal, realizado com 654 idosos, de ambos os sexos. Foi utilizado um questionário sociodemográfico, o Mini, exame do estado mental e o International Activity Questionnaire (IPAQ), versão curta.	Mostra que idosos fisicamente ativos possuem uma maior chance de manter suas funções cognitivas durante o processo de envelhecimento. Com isso, concluímos que níveis adequados de atividade física (~150 min/semana) podem estar relacionados a melhores escores de funções cognitivas de sujeitos idosos.
2019	Costa, Taiguara Bertelli, e Anita Liberalesso Neri	Fatores Associados Às Atividades Física E Social Em Amostra De Idosos Brasileiros: Dados Do Estudo FIBRA	Este trabalho investigou os fatores associados à atividade física em quatro diferentes domínios e o desempenho de atividades sociais em 2.344 idosos (72,3 ± 5,5 anos; 65,6% mulheres) sem déficit cognitivo, residentes na comunidade de seis localidades brasileiras.	Uma versão adaptada do Minnesota Leisure Time Activity Questionnaire foi utilizada para avaliar a atividade física em quatro diferentes domínios. Um inventário de atividade social foi desenvolvido para a pesquisa. Idade, gênero e renda familiar foram avaliados.	Possibilitar o engajamento dos idosos com mais idade é o grande desafio de políticas públicas de fomento ao envelhecimento ativo. Todas as variáveis sociodemográficas demonstraram afetar o perfil de engajamento em atividade da amostra. Ter maior renda familiar comprovou

					associação a nível elevado de atividade física no lazer, no trabalho e no deslocamento.
2019	Frizzo, Giovanni e Maristela Da Silva Souza.	Educação Física Nas Diretrizes Da Unesco: O Paradigma Da Aptidão Física E Da Saúde Na Formação Do Capital Humano	Objetiva analisar o paradigma da aptidão física e da promoção da saúde como perspectiva da Educação Física, a partir das diretrizes da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que regulam a EF em âmbito internacional.	Análise documental como procedimento metodológico e de categorias científicas e filosóficas da Economia Política.	Elementos permitem indicar que a perspectiva da EF e a do esporte como promotores de saúde e disciplinamento são fatores significativos para a formação do capital humano. Portanto, mais importante do que realizar atividades físicas é aprofundar os conhecimentos das práticas corporais.

Fonte: Autor

Carmo e Guizardi (2017) em seu estudo revela e contesta os desafios com relação a intersectorialidade junto de as políticas públicas de Saúde e Apoio Social que se surgiram no Brasil a partir da homologação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004. Já os autores Crochemore-Silva et al. (2020) Propõe uma reflexão a partir de algumas formas atuais de promoção da atividade esportiva e a visibilidade do lazer e sua desigualdade. A situação atual de (crescente) desigualdade e a importância de lidar com ela é proposta e discutida com base em duas teorias, destacando a relevância das políticas públicas: hipótese de justiça reversa e lei de cuidado reverso.

Fittipaldi; O'dwyer e Henriques (2021) avalia os recursos de educação em saúde descrita na produção das políticas públicas, tendo como referencial teórico as abordagens de educação em saúde: prevenção; escolha inteligente; desenvolvimento pessoal; base; e educação geral em saúde, três categorias foram identificadas para análise: abordagem preventiva e individualizada; abordagens radicais e macrodeterminantes da saúde; e estratégias para promover autonomia e participação comunitária.

Car e Guizardi (2018) Discute o significado do conceito de vulnerabilidade na prática pública voltada para a geração de cidadania, a fim de compreender a tensão e a polarização que pressionam a importância do modelo de Estado proposto na Constituição Federal de 1988 e o impacto desses efeitos no conceito de população usuária de serviços de saúde e assistência social. Sendo assim, (TORRES et al., 2020) sem eu estudo expõe argumento em relação a

trajetória da promoção da política pública de saúde voltada para o idoso, a partir da fundação do SUS até os tempos atuais. O Brasil possui políticas gerais e específicas de saúde da pessoa idosa, que estabelecem compromissos sociais e definem diretrizes, indicadores e metas.

Carneiro e Melo (2021) em sua pesquisa produziu um portfólio com trabalhos acerca do tema “Grupos de Políticas Públicas de Educação Física, Esporte, Saúde e Lazer”. Logo, Fernandes Pinheiro Nantes, Rosângela; Castro, Gilliano Jm; Gonçalves Ferreira Zaleski, Elizabeth (2018) apresenta em sua obra que o contexto das políticas públicas envolve compreender o repensar do processo de institucionalização e supervisão da prática coletiva, expressa na forma de política pública de saúde, que não atinge apenas o nível do sistema político, mas também trata as pessoas em uma forma constante ao longo do ciclo de vida. O cotidiano tem um impacto direto e expressivo. Não apenas as instituições e procedimentos de cuidado, mas o ambiente que a fornece é uma série de significados, conexões e possibilidades do mundo da vida.

Polo et al. (2020) investigar a concepção acerca de os antecedentes afetivos com relação à atividade física (AF) tocantes às dificuldades psicológicas básicas (NPB) e analisar as coordenações motivacionais adequado a prática de AF na fala dos integrantes iniciantes de um plano de atividade físico na atenção básica de saúde. Por outro lado, (MORAES; LOCH; RECH. (2021) tiveram como objetivo avaliar a prevalência de estratégias de aconselhamento de atividade física empregue pelos responsáveis do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) de Florianópolis de pacto através do modelo 5As.

Felipe et al. (2019) objetivou-se analisar o impacto dos parques verdes urbanos na prática de atividades esportivas, com foco na qualidade do ambiente urbano e no estado de saúde dos praticantes de esportes em áreas abertas. Ademais Gomes et al. (2019) em seu estudo compara as barreiras de atividade física (AF) através de mulheres membros e não integrantes de um projeto de exercícios físicos (EF) da Atenção Básica de Saúde (AB).

Adiante, Oliveira et al. (2019) analisar o grau de atividade física e o estado intelectual de anciões utilizadores das Unidades Básicas de saúde (UBS) do Residentes de Maringá, Paraná. Já para, Costa e Neri (2019) analisam fatores relacionados à atividade física em quatro áreas distintas e ao desempenho social de 2.344 idosos ($72,3 \pm 5,5$ anos; 65,6% mulheres) residentes em seis comunidades locais no Brasil sem déficit cognitivo.

Frizzo e Souza (2019) em sua obra investigam o paradigma da capacidade física e da acessão da saúde enquanto panorama da Educação Física (EF), a partir do regulamento da

Organização das Nações Unidas apropriado a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que regulam a EF em setor internacional.

Desse modo, os objetivos diferentes ideias dos autores, acerca de políticas públicas de atividade física e saúde, nota-se que precisa de mais projetos para tal, e pessoas privilegiadas dispõe de maior facilidade para a prática de atividades físicas em comparação com as demais pessoas que não possuem privilégios, porém, esses obstáculos não os deixam de fora das políticas públicas.

Para isso Carmo e Guizardi (2017) apropriaram-se do método qualitativo. A pesquisa é realizada por meio de uma revisão bibliográfica, e tem base na descrição analítica de projetos acadêmico-científicos, a propósito de avaliar quais características vêm sendo privilegiadas na questão do diálogo das políticas públicas. Na sequência, Crochemore-Silva et al. (2020) não se estendeu a métodos teóricos, mas encontrou no acúmulo de culturalismo e conceitos biológicos, pouco diálogo e reconhecimento entre os colegas acadêmicos e fragmentação da construção do conhecimento e do apoio a políticas públicas no campo da atividade esportiva.

Fittipaldi; O'dwyer e Henriques (2021) observa-se um estudo de método qualitativo com base na análise da literatura sobre políticas públicas de saúde. O conceito de documentação é aceito como uma prática discursiva que cria sentido e estabelece processos.

Car e Guizardi (2018) utilizou uma revisão da literatura como método. Optando-se por consultar equipes de ensino superior para melhorar a coordenação da biblioteca virtual de periódicos eletrônicos. (TORRES et al., 2020) preferiu pesquisa descritiva, tipo investigação reflexiva e análise do andamento das políticas públicas em prol da pessoa de terceira idade no Brasil, usufruindo de artigos e registros oficiais capaz de apresentar a expansão das políticas e as informações oferecidos em relacionamento as normas foram obtidas no site DATASUS.

Carneiro e Melo (2021) executou levantamento pela Revista Motrivivência das produções da referida sessão temática de 2020. Este periódico foi escolhido por ser um dos principais periódicos da área das ciências do esporte / exercício e por estar transformando-o na perspectiva de compreender a realidade, elemento que pode ser constatado nos editoriais publicados nos últimos anos. Ademais, Fernandes Pinheiro Nantes, Rosângela; Castro, Gilliano Jm; Gonçalves Ferreira Zaleski, Elizabeth (2018) tiveram como método pesquisa de cunho bibliográfico, com métodos qualitativos exploratório-descritivos, tenta assimilar, refletir as diversas matizes e sentidos do cuidado e como essa classe surge nos registros das políticas públicas de saúde.

Polo et al. (2020) adotou-se por um estudo transversal qualitativo. Mais de 40 adultos participaram deste estudo. Os resultados mostraram que as percepções dos participantes indicaram frustração com a autonomia e capacidade do NPB. Também Gomes et al. (2019) Foi realizado um estudo transversal nas áreas de abrangência das unidades médicas da AB que oferecem o programa de PE. Foram selecionadas 222 mulheres, participantes e não participantes do programa.

Moraes; Loch; Rech (2021) em sua pesquisa, mais de 72 profissionais participaram do seu estudo, produzindo uma investigação com os agentes do NASFF-AB. Além disso, ocorreu coleta de dados em encontros de planejamento dos Centros de Saúde. Já Felipe et al. (2019) O projeto de pesquisa baseia-se em pesquisa qualitativa recorrendo a pesquisa bibliográfica e documental, bem como pesquisa de campo, cujos métodos incluem a observação crítica direta.

Oliveira et al. (2019) tiveram como foco um estudo epidemiológico descritivo, observacional e transversal com 654 idosos, homens e mulheres, usuárias de UBS. Foram utilizadas versões curtas do questionário sociodemográfico, mini verificação do estado mental e Questionário de Atividade Internacional (IPAQ). Os autores Costa e Neri (2019) aplicaram uma versão ajustada do Minnesota Leisure Time Activity Questionnaire, foi usada para aferição da atividade física em quatro áreas diferentes. Uma lista de atividades sociais foi desenvolvida para a examinar, idade, sexo e renda familiar por meio de autorrelatos.

Adiante, Frizzo e Souza (2019) fez uso de investigação documental como metodologia e de padrões científicas e filosóficas de política. Elaborou uma apuração da correlação entre as políticas públicas e a reestruturação proveniente da deterioração da crise econômica e social que passamos por período histórico.

Nota-se que, as metodologias utilizadas nas pesquisas analisadas, destaca-se de cunho qualitativa e variação de métodos transversais e coleta de dados e revisão de literatura, sendo primordial para obtenção de resultados.

O estudo realizado por Carmo e Guizardi (2017) esclarecer a presença parcial dos administradores públicos e o exercício limitado das políticas públicas de atividade física. As políticas públicas de Incentivo da Saúde relacionada a atividade física no município de Cruz Alta - RS, exibem-se incipientes, especialmente associado a projetos e atividades voltados ao objetivo de fomento da saúde e qualidade de vida da população idosa. Em outro contexto, Crochemore-Silva, Inacio, et al. (2020) debate a manutenção e a expansão dos projetos públicos de incentivo das práticas corporais e atividade física. A esfera privada apresenta constantemente suas demandas prioritárias vinculadas ao negócio que colabora com o crescimento das

desigualdades. Voltando a Hipótese da Equidade Inversa e sua aptidão de crescimento das desigualdades, pertence praticamente que unicamente às políticas públicas conter ou acalmar tal fato.

Segundo Fittipaldi; O'dwyer e Henriques (2021) A existência de diferentes métodos nas políticas analisadas como estratégias educacionais interativas e complementares, bem como determinou diretrizes para o fortalecimento da autonomia e da participação pública. Mesmo com restrições, as políticas públicas se comunicam e fornecem ferramentas para o trabalho diário. Os atuais retrocessos políticos indicam a necessidade de rever as estratégias de educação e seu impacto na saúde.

Percebe-se na pesquisa Car e Guizardi (2018) que o termo vulnerabilidade eleva a concepção dos diversos fatores que fragilizam os sujeitos na execução de sua cidadania. As condutas profissionais no campo das políticas de saúde e assistência social e o irreal social são adulterados pela inclusão de conceitos que podem tanto reduzir quanto reforçar vulnerabilidades. Entretanto, (TORRES et al., 2020) argumenta que as mudanças ocorridas na política de cuidado da pessoa idosa ao longo do processo de implementação tem proporcionado a este grupo maiores aportes de direitos, embora sua implementação tenha sido lenta e gradativa. Dessa forma, ações necessárias à implementação das diretrizes do PNSPI (Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa) precisam ser compartilhadas com as demais áreas. Gestores do SUS devem estabelecer um processo de conexão permanente dentro de suas respectivas áreas de abrangência, visando o estabelecimento de parcerias e integração institucional, para consolidar compromissos multilaterais efetivos.

Estudo de Carneiro e Melo (2021) cita que as universidades públicas destacam-se por ser um local privilegiado para a formação de pesquisadores e produção de conhecimento sobre políticas públicas de esporte, saúde e lazer. Portanto, é preciso continuar defendendo a ciência e a universidade pública, principalmente no contexto atual em que as marcas do atual governo são a negação científica e o obscurantismo. Essa defesa permitirá enfrentar os processos neofascismo e genocídio que tem destruído a população brasileira, e permite continuar lutando por outros projetos sociais em que todos possam obter direitos sociais, incluindo esporte, lazer, saúde e educação

Percebe-se na pesquisa de Fernandes Pinheiro Nantes, Rosângela; Castro, Gillianno Jm; Gonçalves Ferreira Zaleski, Elizabeth. (2018) uma discordância entre princípios inspiradores do governo, bem como, uma assimetria dentro de as práticas de zelo, havendo uma degradação não só do modelo de saúde, mas dos operadores do cuidado, bem como, do grupo populacional

atendido, fazendo-se necessário rever o cuidado ligado no setor de um modelo de apoio que seja dignamente aceitável e viável a todos.

Enquanto Polo et al. (2020) expõe que o comportamento dos participantes nas políticas públicas é regulado por diversos fatores externos específicos, e é caracterizado pela repreensão e pelo medo ao aderir ao plano. Nota-se que não identifica-se sentimentos relacionados ao prazer na prática de atividade física, reduzindo assim a chance de manutenção do comportamento de prática de atividade física. Porém, (MORAES; LOCH; RECH. (2021) concluir que os profissionais do NASF-AB orientam e utilizam algumas estratégias de prática esportiva baseadas no modelo 5As, embora não sejam utilizadas de forma sistemática. Recomenda-se investir na educação continuada na utilização de ferramentas de avaliação e no aprimoramento das estratégias de monitoramento da eficácia para aprimorar as práticas de consultoria.

De acordo com a investigação de Felipe et al. (2019), indica que os integrantes da investigação se tornaram mais ativos, hipoteticamente, sendo estimulados e entusiasmados pelo meio ambiente com grande presença de vegetação, a hábil infraestrutura do lugar e as instruções realizadas no decorrer da pesquisa. A pesquisa explanou que conforme maior a repetição e a intensidade da atividade física perante áreas abertas, maior será a adaptabilidade fisiológica do organismo. Grau de evidência II; estudo precursor. Em outro estudo, Gomes et al. (2019) esclarece que os obstáculos mais comuns relatados pelas mulheres não membros são: falta de companhia (40,9%), falta de energia (38,7%), sentir-se muito cansada ou desmotivada (38,2%). Os não participantes e os idosos exibem maior percentual de barreiras à atividade física.

Na análise feita por Oliveira et al. (2019) as Informações relacionadas, fornecidas por profissionais que atuam no trabalho de prescrição de exercícios físicos, mostram que pessoas idosas que praticam exercícios físicos têm maior probabilidade de manter sua função cognitiva durante o envelhecimento. Argumenta-se que 150 minutos / semana) pode estar relacionado a melhores escores das funções cognitivas em idosos. Entretanto, Costa e Neri (2019) argumentam que envolver os idosos é um grande desafio para as políticas públicas que promovem o envelhecimento ativo. Todas as variáveis sociodemográficas mostram o perfil de participação nas atividades que afetam a amostra. A maior renda familiar mostra-se relacionada às atividades esportivas de alto nível no lazer, trabalho e deslocamento, resultado este corroborado pela literatura.

Frizzo e Souza (2019) indica em sua pesquisa que olhar o esporte e a aptidão física como patronos da saúde e da disciplina são fatores importantes na formação do capital humano,

portanto, o exercício é importante para aprofundar o conhecimento da prática física, o nível de compreensão das coisas e os fenômenos libertadores.

Dessa forma, a análise feita nos resultados apresenta que existem políticas de atividade e física e saúde, mesmo sendo limitada. Porém, segundo os autores citados na pesquisa, essas políticas públicas precisam de maior visibilidade para a população, que muitas vezes desconhece, e as universidades são excelentes geradoras de projetos para a população.

CONCLUSÃO

O trabalho visou saber sobre as políticas públicas de atividade física e saúde. Perante esse propósito identificou-se de maneira geral que as políticas públicas voltadas a promoção de saúde e qualidade de vida são incipientes. Apesar de apresentarem diversas limitações, as políticas públicas tem a habilidade de dialogar entre si, possibilitando aos profissionais instrumentos no enfrentamento das dificuldades

Segundo os estudos analisados, a prática de atividades físicas estimula uma melhor qualidade de vida, diminuindo o risco de doenças psicológicas, crônicas e físicas. Percebe-se, nos quinze artigos, que as políticas públicas de atividade física e saúde tem efeito positivo na melhora da qualidade de vida da população. Atividade física acaba tornando-se o ser humano melhor, já que, além de se sentir bem, a atividade física é levada como forma de lazer e bem-estar. Destaca-se que o baixo nível de renda é uma barreira ao desenvolvimento de atividade física. Também verificou-se dificuldade das políticas públicas em enganchar pessoas idosas nas atividades físicas.

No entanto, é importante ponderar que o cenário político atual denota um retrocesso, levando à ruptura de várias políticas públicas que afetam diretamente na saúde da população. Aponta-se, que a população pratica exercício físico regularmente, mesmo que abaixo do que é indicado pela UNESCO. Faz-se necessário mais políticas de incentivo a prática de atividade física para uma melhora de saúde e qualidade de vida das pessoas.

PUBLIC POLICIES ON PHYSICAL ACTIVITY AND HEALTH: A review of the literature.

ABSTRACT

Introduction: This research analyzes physical activity and health public policies and the offerings of such programs. **Objective:** To reflect on the effects that physical activity can provide for a better quality of life and to verify the existing debates in studies about physical activity and health policies. **Materials and Methods:** This research presents itself as qualitative, making use of information acquired from bibliographic research. It was used as descriptors: public policies, health, and physical activity. The search resulted in a total of 61 journal articles. Only 15 articles were selected to examine which ones were included in the debate of physical activity and health public policy programs. **Results:** The results obtained in the analyzed studies reveal the relevance of the practice of physical exercises for a better quality of life and well-being. However, these public policies need more visibility to the population, who are often unaware of them. **Conclusion:** According to the studies analyzed, the practice of physical activities stimulates a better quality of life, reducing the risk of psychological, chronic, and physical diseases. It is important to consider that the current political scenario denotes a regression, leading to the rupture of several public policies that directly affect the health of the population. It is noteworthy that the research exposes the need for assistance in public policies that result in the promotion, prevention, and maintenance of health and quality.

Keywords: Public Policies. Physical Activity. Health.

REFERÊNCIAS

Becker L, Gonçalves P, Reis R. **Programas de promoção da atividade física no Sistema Único de Saúde brasileiro: revisão sistemática.** Rev Bras Ativ Fís. Saúde 2016;21(2):110---22.

BIRKLAND, T.A. Na introduction to the policy process: theories, concepts and models of public policy making. 2 nd. Ed. New York: M. E. Sharpe, 2005. 297 p.

BRASIL, F. G.; & CAPELLA, A. C. N. **Os estudos das políticas públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre análise de políticas.** Revista Política Hoje, 25(1), 71-90, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Glossário temático: promoção da saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. **Ministério da Saúde:** Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde – PNPS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010.

BUSS, P. M.; CARVALHO, A. I. Desenvolvimento da promoção da saúde no Brasil nos últimos vinte anos (1988-2008). *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 2305-16, 2009.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. Desafios da intersectorialidade nas políticas públicas de saúde e assistência social: uma revisão do estado da arte. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 27, p. 1265-1286, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/wcqNQKzjKH7jM4hyRDCYVc/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 11 ago. 2021.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv/?lang=pt&format=pdf> . Acesso em: 12 ago. 2021.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; DE PAULA MELO, Marcelo. Políticas públicas de Educação Física, esporte, saúde e lazer: os grupos de pesquisa e a produção do conhecimento. **Motrivivência**, v. 33, n. 64, p. 1-6, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/81432> . Acesso em: 14 ago. 2021.

COSTA, Taiguara Bertelli; NERI, Anita Liberalesso. Fatores associados às atividades física e social em amostra de idosos brasileiros: dados do Estudo FIBRA. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 22, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/nrBhgDsTcQsZcSxh6rM6sjM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2021.

CROCHEMORE-SILVA, Inácio et al. Promoção de atividade física e as políticas públicas no combate às desigualdades: reflexões a partir da Lei dos Cuidados Inversos e Hipótese da Equidade Inversa. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00155119, 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n6/e00155119/>. Acesso em: 11 ago. 2021.

DE ARAGÃO, Ademar Sousa; PINTO, Marcos Vinicius Mota; SOUZA, Victor Makoto Assunção. EFEITOS QUE A ATIVIDADE FÍSICA PODE PROPORCIONAR PARA UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA: revisão bibliográfica. **Revista Portuguesa de Ciências e Saúde**, v. 1, n. 02, p. 01-09, 2020.

FELIPE, Juliana et al. Atividade física e ambiente: a influência dos parques verdes urbanos na saúde. **Rev. bras. med. esporte**, p. 305-309, 2019. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/controlcancer/resource/pt/biblio-1013652?src=similardocs>. Acesso em: 17 ago. 2021.

FERNANDES PINHEIRO NANTES, Rosângela; CASTRO, Gilliano JM; GONÇALVES FERREIRA ZALESKI, Elizabeth. Os matizes do cuidado nas políticas públicas de saúde brasileira. **Trayectorias Humanas Trascontinentales**, n. 4, 2018. Disponível em: <https://www.unilim.fr/trahs/index.php?id=1090&lang=en>. Acesso em: 23 ago. 2021.

FERREIRA, R. W. *et al.* Acesso aos programas públicos de atividade física no Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, 2019.

FITTIPALDI, Ana Lúcia de Magalhães; O'DWYER, Gisele; HENRIQUES, Patrícia. Educação em saúde na atenção primária: as abordagens e estratégias contempladas nas políticas públicas de saúde. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, p. e200806, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/icse/2021.v25/e200806/>. Acesso em: 11 ago. 2021.

FRIZZO, Giovanni; DA SILVA SOUZA, Maristela. Educação física nas diretrizes da unesco: o paradigma da aptidão física e da saúde na formação do capital humano. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, v. 25, p. 25022, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/76037>. Acesso em 11 ago. 2021.

Gligoroska J, Manchevska S. The Effect of Physical Activity on Cognition - Physiological Mechanisms. *Mater Socio Medica* 2012; 24(3):198.

GOMES, Grace Angélica de Oliveira et al. Barreiras para prática de atividade física entre mulheres atendidas na Atenção Básica de Saúde. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 41, p. 263-270, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/Pyxh6fwpbmC6Vh3KQNDjrrM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 ago. 2021.

GUTHOLD, Regina et al. Worldwide trends in insufficient physical activity from 2001 to 2016: a pooled analysis of 358 population-based surveys with 1·9 million participants. **The Lancet Global Health**, v. 6, p. e1077–e1086, 2018. Disponível em: www.thelancet.com/lancetgh Acesso em: 20 set. 2019.

MORAES, Sheylane de Queiroz; LOCH, Mathias Roberto; RECH, Cassiano Ricardo. Estratégias de aconselhamento para atividade física utilizadas pelo Núcleo Ampliado de Saúde da Família em Florianópolis. **Journal of Physical Education**, v. 32, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jpe/a/zXnw5PRHYC4BpC7NHTnNt8D/abstract/?lang=en>. Acesso em: 16 ago. 2021.

OLIVEIRA, Daniel Vicentini de et al. O nível de atividade física como um fator interveniente no estado cognitivo de idosos da atenção básica à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 4163-4170, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/t3PXQkFX4pWnNcHtmf4YqhP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2021.

POLO, Maria Clara Elias et al. ANTECEDENTES MOTIVACIONAIS DA ATIVIDADE FÍSICA NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE: UM ESTUDO QUALITATIVO. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, v. 26, p. 26082, 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/105017>. Acesso em: 15 ago. 2021.

SANT'HELENA, M. M.; PASSOS, A. F.; COSTA, C. B.; KRÜGER, T. R. Da Reforma Sanitária às Privatizações: Discutindo a Saúde Pública Brasileira. Anais... In: **Congresso Catarinense de Assinências Sociais**, Florianópolis, 2013. Disponível em: < <https://bityli.com/CQMTqa> >. Acessado em: 12 de fevereiro de 2017.

SERAFIM, M. P., & de BRITO DIAS, R. Análise de política: uma revisão da literatura. **Cadernos Gestão Social**, 3(1), 121-134. 2012.

SIQUEIRA, F.V. et al. Atividade física em adultos e idosos residentes em áreas de abrangência de unidades básicas de saúde de municípios das regiões Sul e Nordeste do Brasil. **Revista Cadernos de Saúde Pública**. Pelotas, 2008, p.24:39-54.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

TASCA, Layane Castiglioni; SOUZA, Thaís Godoi. Políticas públicas de promoção da saúde no Brasil: análise dos Programas Academia da Saúde e Vida Saudável. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 15, n. 2, p. 69-76, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6723013>. Acesso em: 26 ago. 2021.

TORRENS, A. C. Poder Legislativo e políticas públicas: uma abordagem preliminar. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 50, n. 197, p. 189-204, jan./mar. 2013

TORRES, Kellem Raquel Brandão de Oliveira et al. Evolução das políticas públicas para a saúde do idoso no contexto do Sistema Único de Saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/XqzFgPPbgmsKyJxFPBWgB3K/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2021.

Triviños, A. N. S. (2009). **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Editora Atlas.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global action plan on physical activity 2018–2030: more active people for a healthier world**. Geneva: WHO, 2018.